



O PROCESSO DECISÓRIO DOS PRODUTORES FAMILIARES DE SUÍNOS DO OESTE CATARINENSE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente: Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Agricultura e do Abastecimento: Arlindo Porto Neto

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA

Presidente: Alberto Duque Portugal

Diretores: Dante Daniel Giacomelli Scolari

Elza Ângela Battaggia Brito da Cunha

José Roberto Rodrigues Peres

CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DE SUÍNOS E AVES - CNPSA

Chefe Geral: Dirceu João Duarte Talamini

Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento de Suínos:

Paulo Roberto Souza da Silveira

Chefe Adjunto de Pesquisa e desenvolvimento de Aves:

Gilberto Silber Schmidt

Chefe Adjunto de Apoio Técnico e Administrativo:

Ademir Francisco Giroto

***O PROCESSO DECISÓRIO DOS
PRODUTORES FAMILIARES DE SUÍNOS
DO OESTE CATARINENSE***

Cláudio R. de Miranda



***Concórdia, SC
1997***

Embrapa Suínos e Aves. Documentos, 46

Exemplares desta publicação podem ser solicitados à:

***Embrapa Suínos e Aves
Área de Comunicação Empresarial - ACE
Br 153 Km 110 Vila Tamanduá
Caixa Postal 21
89700-000 Concórdia SC***

Telefone: (049) 442 8555

Fax: (049) 442 8559

Tiragem: 400 exemplares

Tratamento Editorial: Tânia Maria Biavatti Celant

MIRANDA, C.R. de. O processo decisório dos produtores familiares de suínos do oeste catarinense. Concórdia: EMBRAPA-CNPSA, 1997. 28p. (EMBRAPA-CNPSA. Documentos, 46).

***1. Agricultura familiar - processo decisório.
1. Suinocultor. 2. Santa Catarina. I. Título. II. Série.***

CDD 300.72

©EMBRAPA - 1997

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO.....</i>	<i>05</i>
<i>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</i>	<i>06</i>
<i>O PROCESSO DECISÓRIO.....</i>	<i>07</i>
<i>O PROCESSO DECISÓRIO ENQUANTO UMA AÇÃO SOCIAL.....</i>	<i>11</i>
<i>ESTRATÉGIAS PARA A DECISÃO: CAMPONESA OU EMPRESARIAL?.....</i>	<i>15</i>
<i>Afirmação da identidade profissional.....</i>	<i>15</i>
<i>Comportamento em relação ao risco.....</i>	<i>15</i>
<i>Estratégias fundiárias e familiares.....</i>	<i>17</i>
<i>"O modelo ideal".....</i>	<i>21</i>
<i>CONCLUSÃO.....</i>	<i>25</i>
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</i>	<i>27</i>

O PROCESSO DECISÓRIO DOS PRODUTORES FAMILIARES DE SUÍNOS DO OESTE CATARINENSE

Cláudio R. de Miranda¹

INTRODUÇÃO

A agricultura nacional sofreu, durante as décadas de sessenta e setenta, um intensivo processo de modernização. As transformações provocadas por esse processo alteraram, profundamente, a forma de produzir. Essa modernização teve caráter tanto regionalizado quanto seletivo e foi implantada sob a direção autoritária do Estado.

Segundo o paradigma da modernização, a superação da agricultura tradicional, considerada uma das causas do subdesenvolvimento do país, somente aconteceria pela geração de fatores de produção exógenos ao meio rural. Para tanto, o Estado deveria investir em educação, pesquisa e difusão de fatores de produção de origem industrial, uma vez que a agricultura tradicional não poderia ser transformada, mas sim substituída por uma agricultura moderna.

As transformações que ocorreram no meio rural a partir de então, provocadas pelo avanço das relações capitalistas de produção, ocasionaram o aprofundamento da inserção dos produtores familiares na economia de mercado (financeiro, venda de produtos agropecuários, aquisição de insumos, trabalho...) e, conseqüentemente, agregaram novos e mais complexos fatores no processo decisório familiar.

A análise do processo de modernização da agricultura e suas transformações nas tecnologias agropecuárias já foi objeto

¹ Eng^o.-Agr^o., M.Sc., Embrapa Suínos e Aves, C.P. 21, 89700-000, Concórdia, SC.

de diversos trabalhos nas ciências sociais Silva (1981), Moreira (1981), Müller (1983), Delgado (1985). Partindo de diferentes enfoques teóricos, tais estudos revelam o caráter e as conseqüências da mudança na base técnica da agropecuária nacional. No entanto, a maioria deles, tanto os de abordagem neoclássica como os de abordagem marxista, interpretam a problemática apenas em seus aspectos econômicos, desconsiderando suas outras dimensões.

Mesmo reconhecendo a fundamental contribuição desses estudos, não se pode deixar de reconhecer que tal parcialidade dificulta observá-la sob o enfoque ideológico e político. Inclusive na abordagem sócio-econômica, diversos aspectos ainda carecem de análises mais acuradas como, por exemplo, os referentes às conseqüências provocadas pelo uso das tecnologias modernas no processo de organização, racionalidade e tomada de decisão dos produtores familiares.

Soma-se a isso a ênfase exagerada que tem sido dada ao instrumental metodológico da Administração Rural para tentar responder às questões relacionadas à crescente exclusão de produtores da atividade agropecuária. Particularmente entendemos que a abordagem teórica utilizada por essa disciplina é insuficiente, uma vez que praticamente desconsidera as questões qualitativas do processo decisório dos produtores familiares.

A constatação dessas limitações motivou a análise de aspectos relacionados ao processo decisório dos produtores familiares de suínos do Oeste Catarinense.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa de campo ocorreu através da aplicação de questionários estruturados durante o mês de dezembro de 1993. Foram entrevistados 36 suinocultores, selecionados entre os 243 que compuseram a amostra do trabalho de "Tipificação dos estabelecimentos agrícolas do município de Concórdia" (Ogliari &

Barbeta, 1991). Para seleção dos produtores entrevistados levantou-se, da referida amostra, todos os produtores que possuíssem a atividade suinícola com uma certa expressão comercial (no caso com mais de 4 matrizes), que fossem proprietários e que trabalhassem de forma familiar. Resultou numa relação de 85 produtores. Por sorteio aleatório definiu-se 36 produtores a serem entrevistados, garantindo representatividade das várias "comunidades" do município.

É claro que apesar de partirmos de um trabalho prévio de tipificação de propriedades e por mais representativo que seja o município de Concórdia em termos de atividade suinícola, ele não pode representar de maneira absoluta uma região das dimensões do Oeste Catarinense, mas mesmo com essas limitações a aplicação dos 36 questionários nos permite apresentar com razoável representatividade aspectos centrais do processo decisório dos produtores familiares da região.

Após a tabulação dos dados do questionário, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com produtores, visando aprofundar e clarear alguns aspectos não suficientemente captados através daquele instrumento.

O PROCESSO DECISÓRIO

Os aspectos relacionados ao processo decisório não tem sido alvo de maiores preocupações pelos autores de corte marxista, uma vez que ao enfatizarem a importância do contexto social mais amplo onde a reprodução da exploração familiar ocorre, transformam, não raro, o produtor familiar num objeto passivo, subordinado à lógica do capital e, portanto, sem a menor autonomia.

As maiores contribuições para o entendimento do processo decisório das famílias camponesas nos foi dado por Chayanov (1976). Este autor, sem dúvida, colaborou decisivamente para o entendimento das especificidade do comportamento camponês. No entanto, seus críticos comentam que tal abordagem somente

teria validade para as sociedades camponesas, uma vez que, nos contextos sociais envolvidos pelo desenvolvimento capitalista, tais observações careceriam de validade.

Abramovay (1992), utilizando-se de conceitos desenvolvidos por Ellis (1988), comenta que só é possível se falar em camponês em condições de "integração parcial a mercados incompletos". Com isso, o autor quer dizer que, em ambientes econômicos, onde acontecem as relações claramente mercantis, a condição camponesa é totalmente incompatível. Ou nas palavras do próprio autor

"... o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente o que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social" (Abramovay, 1992).

Ianni (1993) também vai nessa mesma direção quando comenta que nas sociedades capitalistas modernas cada vez mais a racionalidade formal é incrementada na agricultura, o que provoca uma transformação na "constelação de interesses" dos produtores, ou segundo as palavras do autor:

"A revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura o modo de vida de campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideais sócio-culturais, em seus significados políticos. Tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global."

(Ianni, 1993).

Para este autor, à medida que o "mundo agrário" integra-se à dinâmica da sociedade urbano-industrial, vista em âmbito nacional e mundial. "... o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo é também o desenvolvimento extensivo e intensivo da urbanização da secularização, individualização, racionalização" (Ianni, 1993).

Concisamente, para esses autores, nas sociedades mercantilizadas os produtores agem segundo uma racionalidade predominantemente econômica.

Muito embora concordemos que o avanço das relações mercantis tenha afetado todas as esferas da vida social, inclusive da agricultura e que, portanto, o produtor familiar não mais se trate de um camponês no sentido clássico do termo, é preciso ressaltar que entendemos que tal transformação não ocorre de forma tão categórica como os autores anteriores dão a entender em suas análises.

Lamarche (1993) estabelece uma interessante diferença entre os conceitos de camponês e exploração familiar. Para o autor, o fato de toda propriedade camponesa ser também familiar não significa que toda exploração familiar seja camponesa. Mesmo que, em algumas regiões, as explorações familiares possuam uma origem camponesa que lhe conforma traços socioculturais específicos, não significa que todas as explorações familiares estejam compreendidas em único modelo. Em outras palavras, o patrimônio sociocultural comum pode variar em sua conservação de uma sociedade para outra e mesmo de explorador para outro dentro da mesma sociedade. No entanto, Lamarche acrescenta que este "Modelo Original" desempenha um papel fundamental no modo de funcionamento atual da exploração familiar.

Ainda, segundo Lamarche (1993), todo o explorador projeta para o futuro uma determinada imagem de sua exploração e, em função das mesmas, estabelece estratégias e toma decisões

visando atingí-las. Este objetivo futuro do produtor familiar o autor denomina de "Modelo Ideal". O modelo ideal varia de produtor para produtor. Para alguns, como parece ser o caso na França, é a "Empresa familiar", ou seja, um modelo de funcionamento cujo objetivo é a realização de uma produção para o mercado, onde o trabalho permanece essencialmente familiar. Para outros, o essencial não "seria a reprodução enquanto unidade de produção, mas a reprodução familiar (modelo Familiar) ou simplesmente a sobrevivência da família (modelo de Subsistência (...)) para outros o objetivo seria a formação de uma exploração agrícola organizada sobre a base do trabalho assalariado para obtenção de um ganho máximo (modelo Empresa agrícola)." Portanto, como o autor observa, o termo "exploração familiar" envolve situações extremamente diferenciadas.

Finalmente, para este autor cada tomada de decisão importante deve ser entendida como o resultado de duas forças: "uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelo projeto que ocorrerão no porvir" (Lamarche, 1993).

Woortmann (1990), também referindo-se ao estudo das unidades familiares, procura analisá-las não segundo sua lógica econômica, mas enquanto um valor, o valor-família, ou seja, "não na produção de bens materiais pela família, mas com a produção cultural da família enquanto valor." Partindo dessa perspectiva, ele comenta que nem todos os pequenos produtores são camponeses ou partilham de uma mesma ética. O autor prefere falar, ao invés de camponês, em "campesinidade". Entenda-se por campesinidade, segundo o autor, como aquelas qualidades subjetivas, comuns a diferentes lugares e tempos, "apreendidas através das conexões de sentido que são significativas para o sujeito". Nessa ótica, por exemplo, " vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de

um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre o qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor".

Segundo o autor, a integração ao mercado não necessariamente significa uma baixa campesinidade. Exemplificando, comenta que os colonos teuto-brasileiros do Sul do país desde há muito produzem para o mercado, no entanto, sua ordem social é de

"caráter mais holista do que individualista; para eles a terra não é mercadoria, e sim, patrimônio da família (mais precisamente Casa Tronco), e garantir sua integridade é o ponto de honra para pessoas morais governadas pelo senso de honra. (...) Produzir, então, para o mercado não significa, necessariamente, modernidade no plano do valor" (Woortmann, 1990).

O PROCESSO DECISÓRIO ENQUANTO UMA AÇÃO SOCIAL

Weber (1944), nos fornece preciosas reflexões para que possamos discutir o processo decisório dos produtores familiares. Para esse autor, toda ação social, para ser captada em sua essência, deve ser analisada em relação ao seu sentido. Visando determinar esse sentido, foi construído um instrumento conceitual que permite entender o que há de fundamental na ação social. Os tipos "puros" que mostram tal sentido são assim descritos:

" A ação social, como toda ação, pode ser: 1) racional em relação a fins: determinada por expectativas de comportamento tanto de objetos do mundo exterior como de outros homens, e utilizando essas expectativas como "condições" ou "meios" para a obtenção de fins próprios, racionalmente definidos e perseguidos; 2) racional em relação a valores: determinada pela crença consciente no valor ético, estético, religioso ou de qualquer outra forma que se lhe interprete - próprio e absoluto de uma determinada conduta, sem relação alguma com o resultado, ou seja, puramente pelos méritos do valor; 3) afetiva; especialmente motivada por afetos e estados sentimentais atuais, e 4) tradicional: determinada por um costume arraigado." (Weber, 1944).

A ação racional em relação a fins é aquela onde tipicamente predomina uma racionalidade formal, caracterizada objetivamente pelos interesses ou por fins claramente demarcados. O exemplo típico dessa racionalidade é o da racionalidade econômica capitalista.

Weber (1944) prevê, que à medida que mais e mais pessoas orientem suas ações no sentido de fazerem coisas mais eficientemente, de atingirem seus fins pelos meios mais econômicos e precisamente calculados, ocorre que o que era um meio, acaba se constituindo num fim. Ou seja, as ações das pessoas cada vez mais deixam de ser orientadas por valores.

*Num dos trechos de seu livro a **Ética protestante e o espírito do capitalismo**, Weber (1981) comenta que duas condições foram fundamentais para o desenvolvimento da moderna empresa capitalista: a separação da empresa da economia doméstica e a criação de uma contabilidade racional.*

Mooney (1988) analisando a situação de uma agricultura familiar altamente mercantilizada na região de Wisconsin nos Estados Unidos, utiliza-se dos conceitos de racionalidade formal e substantiva, extraídos de Weber, para mostrar que aqueles produtores não se orientam unicamente pela relação de meios a fins, outros elementos estão presentes nessa orientação, isto é, os produtores se orientam, também, segundo valores, costumes. O que caracterizaria uma racionalidade substantiva.

O essencial do trabalho de Mooney (1988), que resgatamos no momento, é a diferenciação que o autor estabelece entre os conceitos de racionalidade formal e substantiva. Dessa forma, racionalidade formal seria o processo no qual procedimentos e regras calculáveis economicamente se expandem em todas as esferas da atividade social e substituem os procedimentos orientados por sentimentos, tradições e regras; ao contrário, a racionalidade substantiva seria aquela que se orienta segundo critério de valor final ou definitivo.

Por outro lado, Bennet (1982) comenta que os trabalhos de administração rural têm olhado o produtor rural de um ponto de vista economicista, desconsiderando as variáveis qualitativas, tais como, valor de uso ou prestígio social, as quais, também, são motivações decisivas nos processos decisórios.

Mooney (1988), Lamarche (1993), Woortmann (1990) e Bennet (1982), embora a partir de diferentes abordagens teóricas, coincidem ao identificarem outros aspectos, que não os meramente racionais ou objetivos, a conformarem o processo decisório dos produtores familiares. Pois, como comenta Bennet (1982):

"as teorias que assumem a racionalidade formal dos agricultores apesar de terem pertinência teórica, uma vez que os mesmos são envolvidos crescentemente por determinações de ordem econômica que difundem a racionalidade formal, são simplistas, uma vez que os agricultores continuam tomando suas decisões com certo grau de liberdade e orientando-se segundo a pressão de fatores sociais e culturais".

Dessa forma, após todas essas considerações é possível nos indagarmos: os produtores familiares de suínos da região Oeste orientam as suas estratégias de reprodução social buscando qual modelo ideal, estão os mesmos mais próximos do que podemos chamar de empresários capitalistas ou buscam tão somente a reprodução da unidade familiar.

Para tanto, torna-se fundamental examinar os objetivos (modelo "ideal") perseguido pelos produtores familiares. Em outras palavras, qual a situação mais freqüente entre produtores: uma racionalidade formal "empresarial" ou uma racionalidade substantiva algo mais próximo de uma lógica "camponesa", tal como foi definida por Chayanov (1976) e seus seguidores.

A partir dessa pergunta central, estabelecemos algumas categorias de análise que nos permitiram captar, a nível empírico, essa questão. As categorias escolhidas foram as seguintes: a afirmação da identidade profissional, o comportamento em relação ao risco, as estratégias familiares e as estratégias fundiárias.

ESTRATÉGIAS PARA A DECISÃO: CAMPONESA OU EMPRESARIAL?

Afirmação da identidade profissional

Como não possuímos elementos suficientes para realizar uma análise mais completa da identidade dos suinocultores, optamos por examinar como os produtores se autodenominam.

Muito embora o discurso veiculado pelos técnicos pregue a necessidade de o produtor se transformar em um empresário rural, a esmagadora maioria dos produtores não se identificam com essa categoria profissional. Tanto que, em suas representações profissionais, 48,6% dos inquiridos se vêem enquanto colonos; 28,5% como produtores agrícolas; 20% como trabalhadores rurais; e, apenas, 2,9% se autodenominam empresários agrícolas.

Os produtores que se autodenominavam como colonos, normalmente, para responderem a esta questão faziam uma breve pausa seguida de um sorriso de surpresa em relação à pergunta, dirigiam um rápido olhar para os demais membros da família e, então, diziam que eram "colonos mesmo". Ou, como um deles acrescentou, "não adianta a gente querê sê mais daquilo que sê é." frase que ao nosso ver representa, exemplarmente, a auto-imagem depreciativa que os mesmos possuem em relação ao seu papel profissional.

Comportamento em relação ao risco

Diversos trabalhos ligados à administração rural têm chamado a atenção para a influência de fatores de risco ou incerteza no processo decisório dos produtores de subsistência. Conforme esses autores, o produtor, em seu processo decisório, leva em consideração os fatores ligados ao risco e à incerteza no

momento de decidir sobre o manejo da terra, tipo de cultura, tipo de tecnologia.

Entre os produtores entrevistados, 51,5% afirmaram que no estabelecimento de qualquer atividade agropecuária (plantações ou criações) a sua maior preocupação diz respeito à diminuição dos custos; 36,4% dos produtores afirmaram ser o aumento da produtividade o seu principal objetivo; 12,1% dos entrevistados disseram que procuram considerar estes dois fatores em suas decisões.

Por outro lado, 77,2% dos produtores informaram que preferem não possuir dívidas, mesmo que isso signifique, em alguns casos, a diminuição dos lucros, contra, apenas 22,8% dos produtores que preferiam possuir algumas dívidas desde que a mesma possibilitasse maiores ganhos.

Em relação ao risco, poder-se-ia acrescentar que os produtores familiares, mesmo sabendo que, em determinados momentos, poderiam receber melhor remuneração pelo preço do suíno caso não estivessem vinculados contratualmente às agroindústrias, preferem trabalhar de forma contratada sob a justificativa de que estando integrados a segurança é muito maior. Esses, consideram que, mesmo perdendo um pouco nos momentos favoráveis da atividade, existe a garantia de que nos períodos de superoferta de suínos a agroindústria irá receber os seus animais mesmo que pagando pouco, o que pode não acontecer se for um produtor independente. Em outras palavras, a integração contribui para minimizar os riscos dos produtores familiares na hora da comercialização dos seus produtos.

É preciso salientar que o comportamento de aversão ao risco manifestado pelos produtores familiares da região Oeste Catarinense, já foi o constatado em outros trabalhos realizados com produtores dessa mesma região (Dalmazo et alii 1988; Aguiar, 1993).

Estratégias fundiárias e familiares

Quando perguntamos aos produtores em que situação eles admitiriam vender as suas terras, as respostas foram as seguintes (Tabela 1).

TABELA 1 - Situações em que os suinocultores admitiriam vender a propriedade.

<i>Respostas afirmativas</i>	<i>Nº de produtores</i>	<i>%</i>
<i>1. Não ter sucessor</i>	<i>02</i>	<i>5,5</i>
<i>2. Para comprar área maior em outro local</i>	<i>17</i>	<i>47,2</i>
<i>3. Para comprar área de melhor qualidade</i>	<i>19</i>	<i>52,7</i>
<i>4. Para mudar de profissão (ocupação)</i>	<i>03</i>	<i>8,3</i>
<i>5. Para pagar dívidas</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>6. Para ajudar os filhos a se instalarem</i>	<i>20</i>	<i>55,5</i>
<i>7 Para investir fora da agricultura</i>	<i>05</i>	<i>13,8</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Mesmo sendo a terra a base da reprodução familiar, a maioria dos produtores (55,5%) apontaram como situação admissível para venda da mesma a colocação dos filhos, a segunda e a terceira foram a de comprar terra de melhor qualidade (52,7%) e área maior em outro lugar (47,2%), respectivamente.

Por outro lado, ao perguntar aos produtores, caso eles possuíssem alguma poupança, quais seriam os investimentos prioritários, as respostas seguiram a mesma linha da questão anterior. Sendo que o item apontado com maior frequência foi o de melhorar a terra e a propriedade (97,2%), seguido pelo de

ajudarem os filhos a se instalarem (91,6%) e terceiro lugar, ficou o de comprarem equipamentos agrícolas (86,1%).

As respostas dos agricultores demonstra que a propriedade da terra está intimamente vinculada a própria sobrevivência da unidade familiar de produção, tanto que nenhum produtor admitia vender a terra mesmo que fosse para pagar dívidas. A venda da terra só é admitida em circunstâncias muito especiais, tais como para colocação dos filhos, ou então para comprar área maior ou de melhor qualidade em outro local o que asseguraria maiores facilidades para a reprodução da unidade familiar.

Por outro lado, a preocupação com a melhoria da infraestrutura da unidade de produção revela as preocupações dos produtores em assegurarem sua reprodução social e de ampliarem o seu patrimônio produtivo, entendido aqui como meio necessário à produção.

Por sua vez a questão da colocação dos filhos que, durante a década de setenta e início dos anos 80, não apresentava maiores preocupações, uma vez que o dinamismo da economia regional, impulsionado pelo crescimento das agroindústrias, incorporava, com facilidade, o jovem que saía do meio rural. Atualmente, passa a ser uma das preocupações centrais dos produtores. A escassez de oportunidades de emprego na cidade aliada à dificuldade de acesso a terra para colocação dos filhos, contribuíram de forma decisiva para o surgimento de movimentos regionais de luta pela terra, como é o caso do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST).

Tendo em vista o contexto de escassez da terra e de oportunidades de emprego, as atividades intensivas em mão-de-obra, como o fumo e a avicultura, constituem-se em alternativas interessantes, uma vez que permitem fixar um maior número de força de trabalho nas unidades de produção.

Esse exemplo pode ser ilustrado pela situação de um dos produtores entrevistados com, aproximadamente, 45 anos de idade, tendo três filhos homens na faixa etária dos 12 aos 18

anos os quais, todos, pretendiam permanecer na atividade agrícola. Quando o inquirimos sobre o que mesmo pensava fazer para garantir a colocação de seus filhos na agricultura, ele respondeu que pretendia dar um aviário para cada filho à medida que os mesmos fossem ficando mais velhos.

Em que pese as dificuldades enfrentadas pelos produtores em relação à atividade agrícola, 64,5% dos produtores entrevistados, quando indagados acerca do futuro profissional de seus filhos homens responderam que preferiam que os mesmos permanecessem na colônia, 25,8% disseram que preferiam a cidade e, para 9,7%, seria indiferente (Tabela 2).

Em relação àqueles que preferem que os filhos busquem emprego na cidade, a principal justificativa apresentada diz respeito à penosidade do serviço agrícola. Sendo que as frases abaixo, recolhidas por ocasião da aplicação dos questionários, bem demonstram essa insatisfação: "... só se melhorá prá eles (filhos) ficá na roça"; "O meu filho maior (com 18 anos) tá se aborrecendo, tem muito trabalho e pouco ganho"; "Se achasse um lugar melhor... na colônia é muito sofrido". Os que se mostram indiferentes preferem dar estudo para os filhos e deixar que, mais tarde, eles próprios escolham o seu destino.

Quando a pergunta anterior foi efetuada em relação às filhas mulheres, a situação ficou a seguinte: 38,2% dos produtores informaram que preferiam que as filhas fossem para a cidade; 26,5% que ficassem na colônia e para 35,3% dos produtores, era indiferente (Tabela 2).

Entre a profissão desejada para os filhos dos entrevistados, a de agricultor recebeu a preferência de 53%; seguida pela de profissional liberal (médico ou advogado) com 11,1% das preferências; engenheiro agrônomo, técnico agrícola ou médico veterinário receberam a preferência de apenas 5,5% dos produtores; 25% dos entrevistados não apontaram nenhuma profissão como preferencial.

Quanto às filhas, as preferências foram as seguintes: 30,5% os produtores disseram ser agricultora; 11,1% apontaram como sendo profissional liberal (médicas ou advogadas); 8,3% indicaram a profissão de professora; sendo que para 47,1% dos entrevistados, a profissão das filhas era indiferente. A elevada proporção de indiferentes em relação à profissão das filhas mulheres foi assim justificado por um dos produtores entrevistados: "A profissão para a filha é indiferente, pois dependendo de com quem ela casá não aproveita tanto o estudo" (Depoimento pessoal).

TABELA 2 - Expectativa dos entrevistados em relação ao futuro de seus filho(a)s.

Local	Homens (%)	Mulheres (%)
<i>Ir para a cidade</i>	25,8	38,2
<i>Permanecer na agricultura</i>	64,5	26,5
<i>Indiferente</i>	9,7	35,3

Fonte: Dados da pesquisa.

Para que se possa compreender esses dados em toda a sua extensão, é necessário que se considere que as condições econômicas desfavoráveis das famílias rurais têm dificultado não só a reprodução das unidades familiares de produção como também a reprodução da própria família. Essa situação, por sua vez, reflete-se, ainda, na dificuldade de assegurar uma colocação para os filhos à medida que os mesmos vão se tornando adultos. Os pais demonstram uma maior indiferença em relação ao futuro das filhas mulheres, porque acreditam que, caso essas se casem, isso seja responsabilidade do seu futuro marido. No entanto, o esforço de toda família para garantir aos filhos homens que virem a se casar um pedaço de terra está cada vez mais difícil. Isso tem se refletido nas próprias regras de transmissão do

patrimônio fundiário, como a do minorato - quando a propriedade é transmitida para o filho mais novo que em contrapartida se responsabiliza em cuidar dos pais na velhice - estão sendo revistas e gerando sérios conflitos entre os membros familiares.

Através dessas respostas, percebe-se que os produtores não pensam a terra de forma isolada, quando eles falam em terra também estão se referindo ao trabalho e ao futuro da família. Os produtores sabem que o rendimento obtido na propriedade familiar não lhes permite, na maioria dos casos, uma reprodução ampliada do seu capital, dessa forma, a possibilidade de reter excedentes para aquisição de mais terras, visando a colocação dos filhos na atividade agrícola, torna-se pouco provável no atual contexto econômico. O mais viável, portanto, é a realização de investimentos graduais em alternativas que possibilitem uma maior ocupação dos filhos na exploração.

Em resumo, o objetivo central dos produtores familiares é o de assegurarem a reprodução da unidade familiar de produção. Assim, a terra é pensada em função da família e do trabalho e não como mercadoria.

"O modelo Ideal"

O modelo "ideal" perseguido pelos produtores familiares da amostra é o resultado de uma combinação de aspectos relacionados ao projeto individual (concebido internamente), com aqueles estabelecidos pela sociedade (agentes externos) em âmbito mais amplo. Dentro desse contexto, é possível apontarmos que o modelo "ideal" perseguido pelos produtores familiares busca, antes de mais nada, assegurar a reprodução da unidade familiar de produção.

Do ponto de vista individual, essa orientação pode ser percebida através das estratégias fundiárias, produtivas e familiares, uma vez que em todas elas o que prevalece é a preocupação com a reprodução da unidade familiar. Do ponto de

vista externo, apesar da plena integração dos produtores ao mercado e das crescentes exigências em termos de produtividade e eficiência empresarial impostos pelas agroindústrias, os mesmos continuam se orientando por uma lógica com alto grau de "campesinidade", como diria Woortman (1990). Em outras palavras, o "modelo ideal" perseguido pelos produtores da amostragem, em que pese a existência de variações entre os diversos produtores analisados, busca prioritariamente, a reprodução familiar (modelo Familiar).

Na região, por certo, existem produtores que se enquadram perfeitamente na condição de empresários rurais (modelo Empresa Agrícola), no qual a exploração agrícola estaria baseada no trabalho assalariado e que objetivariam a obtenção de um ganho máximo; no entanto, os mesmos, comparativamente ao universo total de produtores, ocorrem em números pequenos. Também, constatamos casos que se poderiam classificar como modelo de subsistência, uma vez que as condições objetivas da exploração agrícola não permitem mais do que a simples sobrevivência dos indivíduos participantes.

Como se pode perceber, a grande maioria dos produtores entrevistados demonstram um comportamento muito distante daquele que se poderia esperar de um empresário agrícola, tanto que, mesmo com a crescente difusão de técnicas de administração rural, apenas 22,2% utilizam algum tipo de contabilidade na sua propriedade, enquanto 77,8% dos suinocultores não possuem nenhuma espécie de registro contábil que possa servir de subsídio ao seus processos decisórios.

Entre aqueles que efetuam algum tipo de controle contábil, 58,3% possuem registro total da propriedade, sendo esse controle, normalmente, efetuado por meio de um balancete anual onde se contabiliza as receitas e os desembolsos obtidos com a atividade agropecuária, ou seja, uma orçamentação simples que permite calcular a margem bruta total da exploração agrícola; os demais, 41,7%, realizam registro contábil parcial, sendo o

procedimento mais usual o acompanhamento de custos e receitas de apenas uma única atividade.

A maioria dos produtores justificam a não realização da contabilidade agrícola através de explicações como as que seguem abaixo:

"A empresa controla o produtor antes dele mesmo controlar sua propriedade. Pouco adianta. Contabilidade só vai fazê a gente fica mais nervoso".

"O ano que passou fiz balancete e deu zero- mata zero. Sobrou apenas pra comprá uma forrageira, o enxoval da filha, e mais um pouquinho que coloquei no banco."

"Falta tempo... a gente não tira tempo, acharia importante, afinal de contas o colono hoje em dia deve usar mais a caneta que a enxada."

"Para se levar tudo anotado as vezes a gente não tira tempo, mas valeria a pena prá ver se a gente está progredindo ou não."

"Não quero saber do prejuízo e ficá mais descontente ainda."

(Depoimentos pessoais).

Para o produtor, o que interessa é o dinheiro que sobrou em caixa e os bens que ele conseguiu adquirir no período. O capital "empitado" em terras, benfeitorias e animais não entra em consideração nos seus cálculos econômicos, pois representam uma reserva de valor que não tem influência na eficiência econômica da atividade. Por isso, os cálculos de custo de produção, efetuado pelos técnicos, que apontam prejuízo na atividade pouco afetam os suinocultores familiares na condução de sua atividade.

Os produtores familiares de suínos consideram três grandes ordens de fatores ao estabelecerem suas estratégias. De um

lado, os mesmos precisam se ajustar às crescentes demandas de um mercado que, através das agroindústrias, estabelece uma série de exigências para que esse produtor possa continuar produzindo, demandas essas que dizem respeito à eficiência técnica e produtiva, à qualidade da produção e, mais recentemente, à preservação ambiental; do ponto de vista interno, o produtor possui objetivos que dizem respeito à manutenção do patrimônio familiar, à garantia de emprego para os filhos (fora ou na própria unidade de produção), à obtenção de bens de consumo, lazer e manutenção de uma existência com um mínimo de segurança. Por outro lado, esses fatores devem ser compatibilizados com as características físicas do seu estabelecimento, ou seja, a quantidade e a qualidade de seus recursos naturais são decisivos na possibilidade ou não da consecução dos mesmos.

Toda essa soma de fatores faz com que o modelo "ideal" perseguido pelos produtores familiares vise à reprodução da unidade familiar de produção. Esse objetivo central implica na elaboração de uma estratégia que combina aspectos do seu projeto individual (concebido internamente), com aqueles estabelecidos pelo ambiente sócio-econômico (macro-social) que envolve sua propriedade, isto é, o produtor necessita produzir para atender demandas e condições do mercado, mas também para manter a sua família e toda uma complexa rede de relações sociais.

CONCLUSÃO

No presente trabalho procuramos entender as características de funcionamento das unidades familiares de produção e conseqüentemente sua racionalidade econômica e social. Adotamos um enfoque teórico que, apesar de não desconsiderar as determinações provocadas pelas estruturas sociais, reserva um lugar especial para os atores sociais e suas estratégias.

Diante disso ao analisarmos o comportamento dos produtores em relação aos diferentes aspectos que compuseram o questionário torna-se possível afirmar que os produtores familiares de suínos, por nos estudados, não podem ser encarados como empresários rurais, uma vez que suas estratégias perseguem objetivos (modelo ideal) que visam primordialmente garantir a reprodução da unidade familiar de produção. Também verificamos, entre os entrevistados, a ocorrência de produtores que perseguem, como modelo "ideal", o modelo empresarial", bem como de produtores que buscam tão somente a subsistência familiar, no entanto estes ocorrem em números bem menos expressivos do que aquele que visam centralmente a reprodução da unidade familiar de produção.

Pese a modernização do processo produtivo e a profunda integração dos produtores ao mercado, as unidades familiares continuam se pautando por uma estratégia que está longe de ser classificada como "racional" segundo os preceitos da administração empresarial clássica. Pois, como se referiu, de forma resignada, um dos produtores em relação ao períodos de crise "... não fizemos nada de diferente, esse é o regulamento. A gente mantém o plantel, quando se têm o milho um pouquinho sempre dá, o trabalho a gente não conta".

Esse comportamento manifestado pelos produtores familiares é, muitas vezes, entendido pelos técnicos como um exemplo da ação irracional. No entanto, o mesmo é a

demonstração de uma racionalidade substantiva que necessita ser interpretada a luz de três grandes fatores: o primeiro ligado as condições objetivas dos produtores familiares no que diz respeito a aspectos relacionado a mercado, crédito, assistência técnica, políticas públicas; o segundo diz respeito as características físicas de seu estabelecimento; o terceiro, referente as características mais subjetivas, se refere a idade do chefe do empreendimento, seu estado de saúde, habilidades, desejo, necessidades, experiência, da relação entre os membros familiares e da cultura da comunidade a qual o produtor pertence.

Por tudo isso é possível se comprovar que no processo decisório dos produtores familiares continuam participando elementos tradicionalmente associados a uma lógica camponesa, ou seja, se as famílias são jovens e apresentam uma maior predominância de unidade de consumo do que de unidades de trabalho, ocorre uma tendência para uma menor diversificação das atividades; situação inversa se presencia quando existe um maior número da força de trabalho disponível, quando então os produtores privilegiam lavouras e criações que possam ocupar o maior número de pessoas da família.

Desta forma, a utilização de ferramentas ligadas a administração rural para entenderem o processo decisório dos produtores rurais acaba se revelando incompleta, uma vez que buscam analisar o comportamento dos produtores familiares a partir de uma racionalidade exclusivamente formal, que desconsidera as variáveis qualitativas, tais como, valor de uso, prestígio social, aversão ao risco, ciclo familiar e outras tantas como as mencionadas anteriormente, que se revelam fundamentais para o entendimento do processo decisório dos produtores familiares.

Em resumo, mesmo estando os agricultores por nós estudados inseridos numa economia de mercado, os mesmos não agem segundo uma racionalidade capitalista típica, onde o

lucro é o objetivo central, uma vez que outros objetivos também são considerados em seu processo decisório, tais como: produtividade, no entanto, para o produtor a produtividade não é entendida apenas em termos de produção total ou de rendimento físico por unidade animal, haja vista que ela não é só medida em termos de valores de mercado, mas sim também em termos de trabalho despendido; segurança - esta é fundamental para os produtores familiares que antes de mais nada querem minimizar os seus riscos; continuidade - os produtores familiares desejam que eles e seus filhos possam continuar seu estilo de vida e assim buscam permanecer na atividade, para tanto, procuram conservar o seu capital físico (terra, instalações, etc.); identidade - por identidade deve-se entender a preocupação que os produtores familiares possuem em se identificar com a cultura local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão.*** São Paulo: Hucitec/ Anpocs/ Ed. Unicamp, 1992.
- AGUIAR, V.V.P. *Colonos e a agroindústria: as múltiplas faces da integração, estudo de caso sob produtores integrados de suínos do Município de Ouro - SC. Campina Grande, UFPb, 1993 (Dissertação de Mestrado).***
- BENNET, J. "Of timer and the enterprise, north american family farm management in a context of resource marginality".** Minneapolis, University of Minnesota Press, 1982.
- CHAYANOV, A. V. *La organizacion de la unidade economica campesina.*** Buenos Aires, s.ed., 1976.
- DALMAZO, L. N.; SORRENSEN, W.J.; FIGUEIRÓ, N. *Objetivos e atitudes dos agricultores diante de novas tecnologias.*** Florianópolis: ACARESC, 1988. (Relatório de Pesquisa - Mimeo).

- DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone; Campinas: Editora da Unicamp, 1985.
- ELLIS, F. **Peasant economics: farm household and agrarian development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- IANII, O. Agricultura e mundialização. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, p.11-20, 1994. Número Especial.
- LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- MOONEY, P.H. **My own boss? Class, rationality, and the family farm**. London : Westview Press, 1988.
- MOREIRA. J.R. **Quadro recente da agricultura brasileira. a modernização tecnológica e seus determinantes**. Rio de Janeiro: CPDA, 1981.
- MULLER, G. Política econômica e política agrícola: a luta sócio-política por uma política agrícola autônoma. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 21-29, 1988.
- OGLIARI, P.; BARBETA, J. **Tipificação dos pequenos estabelecimentos agrícolas do oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: EMPASC, 1989.
- SILVA, J. G. de. **Política agrícola e produção familiar**. Campinas: UNICAMP, 1983.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1981.
- WEBER, M. **Economia y sociedad**. México : Fondo de Cultura Economica, 1944.
- WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral**. Brasília, UnB, 1990, (Anuário Antropológico, 87).

Missão da Embrapa

Gerar, promover e transferir conhecimentos e tecnologias para o desenvolvimento sustentável dos segmentos agropecuários, agroindustrial e florestal, em benefício da sociedade.

Missão da Embrapa Suínos e Aves

Gerar e promover conhecimentos, tecnologias, serviços e insumos para o desenvolvimento sustentado da suinocultura e avicultura, em benefício da sociedade.